



Presidência do Conselho de Ministros
Secretaria-Geral



DESTAQUES DE LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO

- Atos publicados na I e II Série -

NEWSLETTER DIGESTO Nº 23/2013

Disponibilização: 18 de Novembro de 2013

Período abrangido: 04 a 15 de Novembro de 2013

ÍNDICE TEMÁTICO

- 1. ADMINISTRAÇÃO ELECTRÓNICA E SIMPLIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA**
- 2. ADMINISTRAÇÃO INTERNA**
 - **PROTEÇÃO CIVIL**
 - **SEGURANÇA PÚBLICA**
- 3. AGRICULTURA, CAÇA E PESCAS**
 - **PESCAS**
- 4. AMBIENTE**
- 5. COMUNICAÇÃO SOCIAL**
- 6. CONSUMIDORES**
- 7. DESPORTO**
- 8. EDUCAÇÃO**
- 9. EMPRESAS**
 - **EMPRESAS PÚBLICAS**
- 10. ENERGIA**
- 11. FINANÇAS**
 - **BANCA/INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO/SOCIEDADES FINANCEIRAS**
 - **PATRIMÓNIO DO ESTADO**
 - **SEGUROS**



12. INDÚSTRIA

13. INVESTIMENTO

14. JUSTIÇA

15. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTANGEIROS

- **COOPERAÇÃO**
- **QUESTÕES CONSULARES**

16. REGIÕES AUTÓNOMAS

- **MADEIRA**

17. SAÚDE

18. TRABALHO

19. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

- **COMUNICAÇÕES**



1. ADMINISTRAÇÃO ELETRÓNICA E SIMPLIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA

Decreto-Lei n.º 158/2013, de 15 de novembro

(Presidência do Conselho de Ministros)

Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 116-C/2006, de 16 de junho, que estabelece como serviço público o acesso universal e gratuito ao Diário da República e as demais condições da sua utilização, prevendo que os atos do Governo publicados na 2.ª série do Diário da República são ordenados de acordo com a lei orgânica do Governo ao nível do primeiro emissor do ato.

2. ADMINISTRAÇÃO INTERNA

- **PROTEÇÃO CIVIL**

Declaração de retificação n.º 1176/2013, de 06 de novembro

(Ministério da Administração Interna - Autoridade Nacional de Proteção Civil)

Retifica o anexo do despacho n.º 13042/2013, de 18 de setembro, (aprovação da Nota Técnica 14 - Fontes Abastecedoras de Água para o Serviço de Incêndio (SI)).

- **SEGURANÇA PÚBLICA**

Resolução do Conselho de Ministros n.º 71/2013, de 14 de novembro

(Presidência do Conselho de Ministros)

Autoriza a realização da despesa relativa à prorrogação do contrato-quadro de fornecimento de serviços de suporte da Rede Nacional de Segurança Interna, pelo período de um ano.



3. AGRICULTURA, CAÇA E PESCAS

- **PESCAS**

Declaração de Retificação n.º 49/2013, de 07 de novembro
(Presidência do Conselho de Ministros - Secretaria-Geral)

Retifica a Portaria n.º 306/2013, de 18 de outubro, do Ministério da Agricultura e do Mar, que aprova o Regulamento do Regime de Apoio à Cessação Temporária das Atividades de Pesca de Pescada Branca do Sul e do Lagostim, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 202, de 18 de outubro de 2013.

Despacho n.º 14535-A/2013, de 11 de novembro
(Ministério da Agricultura e do Mar - Direção-Geral de Alimentação e Veterinária)

Autorização de abate para autoconsumo.

4. AMBIENTE

Decreto-Lei n.º 156-A/2013, de 08 de novembro
(Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia)

Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, que procedeu à transposição da Diretiva n.º 79/409/CEE, do Conselho, de 2 de abril, relativa à conservação das aves selvagens (diretiva aves) e da Diretiva n.º 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de maio, relativa à preservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens (diretiva habitats), transpondo a Diretiva n.º 2013/17/UE, do Conselho, de 13 de Maio.

5. COMUNICAÇÃO SOCIAL

Portaria n.º 329/2013, de 07 de novembro
(Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios das Finanças e da Economia)

Fixa o montante a transferir para a ERC - Entidade Reguladora para a Comunicação Social por conta dos resultados líquidos do ICP-ANACOM relativos ao ano orçamental de 2011 e entregues como receita geral do Estado.

Portaria n.º 332/2013, de 08 de novembro
(Presidência do Conselho de Ministros)

Homologa a tabela de compensação pela emissão radiofónica dos tempos de antena relativos à campanha para a eleição dos órgãos das autarquias locais de 29 de setembro de 2013 para as estações de radiodifusão de âmbito local.



6. CONSUMIDORES

Decreto-Lei n.º 155/2013, de 05 de novembro **(Ministério da Economia)**

Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 82/2003, de 23 de abril, transpondo parcialmente a Diretiva n.º 2013/21/UE do Conselho, de 13 de maio de 2013, no que respeita à adaptação da Diretiva n.º 1999/45/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de maio, relativa à aproximação das disposições legislativas, regulamentares e administrativas dos Estados membros respeitantes à classificação, embalagem e rotulagem de preparações perigosas.

7. DESPORTO

Decreto-Lei n.º 153/2013, de 05 de novembro **(Presidência do Conselho de Ministros)**

Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 266-A/2012, de 31 de dezembro, modificando o funcionamento e a composição do Plenário e da Comissão Permanente do Conselho Nacional do Desporto.

Despacho n.º 14294/2013, de 06 de novembro

(Presidência do Conselho de Ministros - Gabinete do Secretário de Estado do Desporto e Juventude)

Reconhece de interesse público o Campeonato Mundial Escolar de Voleibol.

Portaria n.º 333/2013, de 14 de novembro

(Presidência do Conselho de Ministros)

Aprova o Regulamento Geral de Utilização e Exploração das Instalações Desportivas do Centro Desportivo Nacional do Jamor.

8. EDUCAÇÃO

Decreto-Lei n.º 152/2013, de 04 de novembro **(Ministério da Educação e Ciência)**

Aprova o Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo de nível não superior.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 70-A/2013, de 08 de novembro **(Presidência do Conselho de Ministros)**

Autoriza a realização da despesa relativa à execução do Programa de Modernização do Parque Escolar destinado ao Ensino Secundário.



9. EMPRESAS

- **EMPRESAS PÚBLICAS**

Portaria n.º 730/2013, de 04 de novembro
(Ministérios das Finanças e da Economia - Gabinetes dos Secretários de Estado Adjunto e do Orçamento e das Infraestruturas, Transportes e Comunicações)

Autoriza o Metropolitano de Lisboa, E.P.E. a proceder à repartição dos encargos relativos ao contrato de Aquisição de Serviços de Manutenção de Postos de Seccionamento e Transformação e Quadros de Baixa Tensão.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 72-A/2013, de 15 de novembro
(Presidência do Conselho de Ministros)

Aprova a minuta do acordo que retifica o contrato de compra e venda da rede básica de telecomunicações e da rede de telex, celebrado entre o Estado Português e a PT Comunicações, S.A., em 27 de dezembro de 2002.

10. ENERGIA

Decreto-Lei n.º 156/2013, de 05 de novembro
(Ministério da Educação e Ciência)

Estabelece o quadro legal e regulador para a gestão responsável e segura do combustível irradiado e dos resíduos radioativos e transpõe a Diretiva n.º 2011/70/EURATOM, do Conselho, de 19 de julho de 2011, que estabelece um quadro comunitário para a gestão responsável e segura do combustível irradiado e dos resíduos radioativos.

11. FINANÇAS

- **BANCA/INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO/SOCIEDADES FINANCEIRAS**

Portaria n.º 335/2013, de 15 de novembro
(Ministério das Finanças)

Oitava alteração à Portaria n.º 95/94, de 9 de fevereiro que fixa o capital social mínimo das instituições de crédito e das sociedades financeiras.



- **PATRIMÓNIO DO ESTADO**

Despacho n.º 14546/2013, de 12 de novembro

(Ministérios das Finanças e da Educação e Ciência - Gabinetes do Ministro da Educação e Ciência e da Secretária de Estado do Tesouro)

Aprova a lista dos bens imóveis correspondentes às escolas que são transmitidas do domínio privado do Estado para o património da Parque Escolar, E.P.E.

Aviso n.º 13913/2013, de 15 de novembro

(Ministério das Finanças - Direção-Geral do Tesouro e Finanças)

Lista definitiva de bens do domínio privado do Estado Português.

- **SEGUROS**

Norma regulamentar do Instituto de Seguros de Portugal n.º 6/2013-R, de 11 de novembro

(Instituto de Seguros de Portugal)

Norma regulamentar n.º 6/2013-R: consolida o normativo emitido pelo Instituto de Seguros de Portugal que tem por objeto regular os procedimentos operacionais de pagamento das taxas e contribuições devidas pelas empresas de seguros e pelas sociedades gestoras de fundos de pensões ou relativamente às quais estes operadores são responsáveis pela respetiva cobrança e entrega.

12. INDÚSTRIA

Decreto-Lei n.º 155/2013, de 05 de novembro

(Ministério da Economia)

Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 82/2003, de 23 de abril, transpondo parcialmente a Diretiva n.º 2013/21/UE do Conselho, de 13 de maio de 2013, no que respeita à adaptação da Diretiva n.º 1999/45/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de maio, relativa à aproximação das disposições legislativas, regulamentares e administrativas dos Estados membros respeitantes à classificação, embalagem e rotulagem de preparações perigosas.



13. INVESTIMENTO

Decreto-Lei n.º 154/2013, de 05 de novembro **(Ministério da Economia)**

Institui o sistema de acompanhamento de projetos de investimento, e procede à criação do Conselho Interministerial para o Investimento e da Comissão Permanente de Apoio ao Investidor.

14. JUSTIÇA

Despacho n.º 14517/2013, de 11 de novembro **(Ministério da Justiça - Gabinete da Ministra)**

Autoriza a Ordem dos Notários a constituir um Centro de Mediação e Arbitragem.

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 14/2013, de 12 de novembro **(Supremo Tribunal de Justiça)**

Da conjugação das normas do artigo 400.º, alíneas e) e f), e artigo 432.º, n.º 1, alínea c), ambos do CPP, na redacção da Lei n.º 48/2007, de 29 de Agosto, não é admissível recurso para o Supremo Tribunal de Justiça de acórdão da Relação que, revogando a suspensão da execução da pena decidida em 1.ª instância, aplica ao arguido pena não superior a 5 anos de prisão.

Aviso n.º 13712/2013, de 12 de novembro **(Ministério da Justiça - Direção-Geral da Administração da Justiça)**

Torna-se público que a lista oficial de peritos avaliadores foi atualizada, podendo a mesma ser consultada na página da Direção-Geral da Administração da Justiça.

15. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

• COOPERAÇÃO

Resolução do Conselho de Ministros n.º 72/2013, de 14 de novembro **(Presidência do Conselho de Ministros)**

Autoriza a participação na 12.ª reconstituição de recursos do Fundo Africano de Desenvolvimento.



• **QUESTÕES CONSULARES**

Despacho (extrato) n.º 14198/2013, de 05 de novembro

(Ministério dos Negócios Estrangeiros - Direção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas)

Cria o Consulado Honorário de Portugal em São Petersburgo.

Despacho (extrato) n.º 14199/2013, de 05 de novembro

(Ministério dos Negócios Estrangeiros - Direção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas)

Cria o Consulado Honorário de Portugal em Cork.

16. REGIÕES AUTÓNOMAS

• **MADEIRA**

Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 645/2013, de 06 de novembro

(Tribunal Constitucional)

Não conhece do pedido de declaração de inconstitucionalidade de qualquer uma das normas regimentais impugnadas; não conhece do pedido de declaração de ilegalidade de várias normas do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira; declara a ilegalidade, com força obrigatória geral, das normas constantes dos artigos 164.º, 164.º-A, 164.º-B, 164.º-C, 164.º-D e 164.º-E, todos do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, na parte em que determinam que a discussão e votação na generalidade dos projetos ou propostas de Resolução se efetua no seio das comissões especializadas e não no Plenário.

17. SAÚDE

Declaração de Retificação n.º 47/2013, de 04 de novembro

(Presidência do Conselho de Ministros - Secretaria-Geral)

Retifica o Decreto-Lei n.º 128/2013, de 5 de setembro, do Ministério da Saúde, que procede à oitava alteração ao Decreto-Lei n.º 176/2006, de 30 de agosto, que estabelece o regime jurídico dos medicamentos de uso humano, à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 307/2007, de 31 de agosto, que estabelece o regime jurídico das farmácias de oficina, e à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 20/2013, de 14 de fevereiro, transpondo as Diretivas n.ºs 2009/35/CE, de 23 de abril de 2009, 2011/62/UE, de 8 de junho de 2011, e 2012/26/UE, de 25 de outubro de 2012, publicado no Diário da República n.º 171, 1.ª série, de 5 de setembro de 2013.



Despacho n.º 14341/2013, de 06 de novembro

(Ministério da Saúde - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde)

Determina os requisitos necessários para a colheita de órgãos em doadores falecidos em paragem cardiocirculatória.

Deliberação n.º 2100/2013, de 06 de novembro

(Ministério da Saúde - INFARMED - Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I. P.)

Obrigatoriedade de notificação prévia pelos distribuidores de medicamentos da exportação ou distribuição para outros Estados membros da União Europeia de medicamentos constantes de uma lista de medicamentos.

18. TRABALHO

Lei n.º 76/2013, de 07 de novembro

(Assembleia da República)

Estabelece um regime de renovação extraordinária dos contratos de trabalho a termo certo, bem como o regime e o modo de cálculo da compensação aplicável aos contratos objeto dessa renovação.

19. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

• COMUNICAÇÕES

Resolução do Conselho de Ministros n.º 70-B/2013, de 08 de novembro

(Presidência do Conselho de Ministros)

Determina a adjudicação à PT Comunicações, S.A., do serviço universal de disponibilização de uma lista telefónica completa e de um serviço completo de informações de listas.